

Contexto político anterior á Batalha das Linhas de Elvas:

Nos sessenta anos que decorreram de 1580 a 1640, o governo dos Filipes foi progressivamente sendo considerado como um período de reis estranhos. Este sentimento acentuou-se a partir de 1621, com o reinado de Filipe III, face ao aumento dos impostos e ao recrutamento de militares portugueses para servirem com o exército espanhol, nomeadamente na guerra da Catalunha. A população portuguesa tinha também, e com fundamento, a percepção de que o referido aumento de impostos não se destinava a melhorar as condições de vida em Portugal, mas sim a financiar projectos espanhóis, nomeadamente as campanhas militares na Europa e a sua expansão ultramarina.

Pelos motivos atrás referidos, a Casa de Bragança foi-se progressivamente tornando o símbolo de uma autonomia política e do restabelecimento da liberdade do povo português. Com efeito e com o passar dos anos, ficou na maioria esmagadora do povo português a ideia clara de que Portugal era essencialmente visto como uma área de angariação de impostos para os objectivos políticos e militares de Espanha, e em que os interesses e necessidades nacionais apenas eram atendidas quando coincidiam ou estavam de harmonia com os objectivos estratégicos espanhóis, como foi o caso com a reconquista da Baía em 1625.

Atestando este distanciamento de Espanha, está o facto dos monarcas espanhóis, apenas terem visitado Portugal por duas vezes: Filipe II entre 1581 e 1583, e Filipe III em 1619. Durante este período de 60 anos o povo português foi progressivamente constatando o alheamento de Espanha, relativamente a diversos assuntos importantes da vida nacional, como a administração pública, a promoção do comércio marítimo, a produção agrícola, ou a defesa eficaz do Ultramar Português. Pelo contrário, a coroa espanhola mantinha-se indiferente ao alastrar em Portugal da fome e pobreza, mostrando contudo uma preocupação permanente na angariação de impostos e de homens, com vista às suas guerras com França, com Inglaterra e nos Países Baixos.

Em face desta situação, o descontentamento em Portugal foi alastrando. Tendo a nobreza mais importante e de maior destaque sido o motor da Restauração. Esta eclodiu em 1 de Dezembro de 1640, tendo de imediato aderido a esta acção outros e variados estratos sociais, do alto clero às gentes mais humildes. Esta adesão colectiva do povo português explica os sacrifícios humanos e materiais demonstrados nos anos seguintes na resistência militar, ao longo das fronteiras e no território ultramarino. Este período de 28 anos, que decorreram de 1640 ao tratado de paz com Espanha, celebrado em 13 de Fevereiro de 1668, constitui assim uma epopeia notável, que no decurso dos séculos e com o ensinamento da história recente, cada vez mais se eleva no conjunto do passado nacional.

Proclamado o Duque de Bragança como D. João IV, logo se escolheram os governadores do Reino, que procuraram assegurar a sua administração e a obtenção de dinheiro e armas para a sua defesa. Ainda no dia 1 de Dezembro começaram os governadores a escrever a muitas câmaras e outras instituições a solicitar que se apelidasse o Duque de Bragança como Rei de Portugal. Estas comunicações espalharam-se rapidamente pelo Reino, de tal forma que no final do ano de 1640 não havia vila ou cidade que não houvesse aderido á Restauração.

D. João IV chega a Lisboa a 6 de Dezembro entregando-se ao governo da nação, nomeando os primeiros embaixadores, promulgando legislação urgente e resolvendo problemas de ordem militar. Procurou assegurar a continuação do comércio marítimo, incluindo o efectuado por mercadores estrangeiros, e procurou criar as condições tendentes ao regresso de portugueses que estivessem no estrangeiro, nomeadamente em Espanha. Nomeou nobres de sua confiança para a defesa militar de pontos estratégicos da fronteira do Reino, do Minho ao Algarve. Dentro destas medidas, nomeou para a defesa de Elvas o Conde de Vimioso.

Sendo o problema militar o principal, por estar em causa a sobrevivência do Reino, constituiu em 11 de Dezembro o Conselho de Guerra, formado por 10 homens com experiência militar. A situação era desfavorável, pois os cofres públicos estavam vazios. O momento exigia contudo acção, pelo que apenas com os meios disponíveis, este Conselho passou a ocupar-se de questões como a nomeação de oficiais, projectos de guerra, alistamento de tropas, arranjo de fortificações e de outras matérias relacionadas com a organização militar do Reino.

A aclamação de D. João IV verificou-se em 15 de Dezembro, no Terreiro do Paço em Lisboa. Seguidamente o novo monarca convocou as Cortes, que se iniciaram em Lisboa em 28 de Janeiro de 1641, com a participação do clero, da nobreza e do povo. Com estas Cortes permitiu-se o recrutamento de 20,000 infantes e 4,000 cavaleiros, que implicava um encargo global de 1,800,000 cruzados.

No ano seguinte convocaram-se novas Cortes, novamente em Lisboa, tendo D. João IV solicitado um acréscimo total de 600,000 cruzados, de forma a fazer face às despesas de guerra contra a Espanha.

Apesar desta evolução dos acontecimentos favorável à Restauração, parte da nobreza e alguns prelados mostravam-se-lhe hostis. A Duquesa de Mântua recolhera-se em Xabregas, onde recebia os descontentes, que iam preparando uma contra-revolução que tinha em Madrid o centro de operações. Alguns nobres e prelados que viviam em Espanha não aceitaram a oferta de regresso e de perdão efectuado por D. João IV, por inveja e oposição à Casa de Bragança e acreditando que a resistência da Restauração seria inútil logo que o exército de Filipe IV se decidisse a entrar em Portugal. Desenvolveu-se assim a conspiração de 1641, que tinha por fim o assassinato de D. João IV. Contudo um dos aliciados denunciou a conjura, tendo a grande parte dos implicados que estavam em Portugal sido presos e, por ordem do novo monarca, sido executados no Rossio a 29 de Agosto de 1641. Tal sentença teve também o objectivo de servir de exemplo, demonstrando claramente quem tinha passado a deter o poder em Portugal.

Os confrontos militares começaram em 1641, com escaramuças no Alto Minho, Beira Alta e sobretudo no sotavento Algarvio e no Alentejo. Foi contudo em 26 de Maio de 1644 que se verificou a primeira batalha, a Batalha do Montijo. Travada em Espanha, perto da Badajoz, 7,000 portugueses conseguiram derrotar 8,500 espanhóis, transformando um confronto que inicialmente se revelava desfavorável, numa retumbante vitória.

Em Janeiro de 1645 iniciaram-se novas Cortes de Lisboa, que serviram em primeiro lugar para angariar um novo imposto de 2,150,000 cruzados, destinados a financiar o esforço de guerra, nomeadamente para o pagamento do soldo a cavaleiros e infantas. Foi também criado um tribunal da Junta dos Três Estados para gerir os dinheiros públicos.

Em 1645 deram-se combates junto a Olivença, tendo esta cidade sido cercada sem sucesso por um exército espanhol de 12,000 efectivos, sob o comando de Marquês de Leganez. Em 1646 continuaram as escaramuças, tendo as forças portuguesas sofrido pequenas derrotas em Vila Viçosa e Terena. O exército português deparava-se contudo com carências financeiras, que foram em parte compensadas por várias comarcas, assim como por nobres e religiosos.

Neste período de grande incerteza e aflição em relação ao futuro, em face da mais que provável invasão do exército espanhol, D. João IV, numa cerimónia realizada em 1646 na Igreja de Vila Viçosa, consagra o povo português à Imaculada Conceição e proclama Nossa Senhora como rainha e padroeira de Portugal. Não mais os reis de Portugal voltariam a colocar a coroa real na cabeça, pois a partir de então esse direito foi conferido à imagem de Nossa Senhora.

Felizmente o período da Restauração coincidiu para a Espanha com a Guerra dos Trinta Anos, a cuja paz a nação vizinha aspirava com o fim de lançar o seu peso militar sobre Portugal. Por esse motivo os anos que decorreram até 1656 saldaram-se apenas por pequenos confrontos fronteiriços e saques a povoados inimigos. Estes anos foram assim salvadores para o nosso País, permitindo que a coroa portuguesa se preparasse financeira e militarmente para os confrontos que se adivinhavam. Foi assim possível recrutar infantas e proteger as fronteiras, fortificar castelos e vilas, obtendo armas e munições para o exército, enquanto se construíam navios para a protecção da costa.

Simultaneamente o País teve em D. João IV um monarca à altura deste período difícil da sua História, pois soube dar adequadamente ordens e instruções para os seus exércitos, avaliar correctamente as situações militares e preparar convenientemente a obtenção de homens, víveres e material de guerra. Não deixou também de acorrer às fronteiras do Reino, em horas difíceis, encorajando os soldados e as populações.

Iniciaram-se entretanto novas Cortes em Lisboa em Outubro de 1653, que aprovaram contribuições adicionais para o esforço de guerra, por parte dos três estados. Este esforço financeiro e militar esteve na base das vitórias alcançadas dez anos mais tarde. As Cortes serviram ainda para o juramento do príncipe D. Afonso como novo herdeiro do trono.

Foi posteriormente assegurada a produção, dentro do reino, de salitre e de estanho, indispensáveis respectivamente para a confecção de pólvora e para a fundição de artilharia.

D. João IV morre em Novembro de 1656, tendo confiado em testamento a regência do Reino a D. Luísa de Gusmão. Embora espanhola por nascimento, da região da Andaluzia, D. Luísa desde logo abraçou a causa do seu marido, tendo servido eficazmente a Restauração antes e depois da morte de D. João IV, procurando assegurar a independência de Portugal e a sobrevivência da Dinastia.

Em 15 de Novembro de 1656 fez-se o juramento do novo rei, D. Afonso VI, então com apenas 13 anos. A situação era delicada, pois aliada à idade do novo rei, anunciava-se o recomeço da ofensiva espanhola, o que poderia comprometer o esforço de 16 anos de luta da Restauração. D. Luísa soube contudo ter o bom senso necessário, nomeando a chamada “Junta Nocturna” para tratar dos negócios públicos, que agrupava nobres, prelados e seus secretários. Este sistema mostrou-se útil e funcionou durante o período da regência, ou seja, de 1656 a 1662.

Com a morte de D. João IV, com a recuperação da Catalunha em 1652 e com a amenização militar noutras frentes, nomeadamente com o fim da “Guerra dos Trinta Anos” em 1648, Madrid resolveu concentrar as suas forças na recuperação de Portugal. Foram assim cercadas e tomadas em 1657 Olivença e Mourão. De referir contudo que a queda de Olivença se ficou a dever mais à falta de vontade do seu comandante em a defender, do que propriamente ao ataque espanhol.

Esta ofensiva militar espanhola não teve contudo continuidade, uma vez que a impossibilidade de Espanha em obter um acordo de paz com a França e com a Inglaterra, obrigou Felipe IV a defender a Flandres e a deixar novamente a recuperação de Portugal para segundo plano. Portugal pôde também contar com o apoio de Inglaterra e França no seu conflito com a Espanha, uma vez que estes dois países viam em Portugal um motivo para a Espanha desviar do norte da Europa uma parte do seu exército.

Em Abril de 1658, Portugal replicou à tomada de Olivença com a tentativa de conquista de Badajoz. Esta cidade tinha uma grande importância estratégica, na medida em que constituía uma base importante para os ataques espanhóis a Portugal, ao mesmo tempo que permitiria uma marcha contínua para Madrid, por parte do exército português. O cerco português não se prolongou, porém, face à boa defesa da cidade e à chegada iminente de um exército espanhol de socorro, o que levou os portugueses a retrocederem para Elvas, a partir de 11 de Outubro de 1658.

O exército de socorro espanhol, comandado por D. Luís de Haro, perseguiu então o exército português, tendo atravessado a fronteira na Ribeira do Caia, dando início ao cerco que levaria à Batalha das Linhas de Elvas. Simultaneamente no Minho a situação militar era também perigosa para Portugal, com o cerco de Monção por parte do exército da Galiza, que se iniciara a 7 de Outubro de 1658. Monção iria contudo ficar entregue às suas próprias defesas, pois não havia tropas portuguesas suficientes para acudir a duas frentes.

Ia-se iniciar a Batalha das Linhas de Elvas.

O desenrolar da Batalha:

a) O comando português:

Iniciado o cerco de Elvas, a Rainha D. Luísa de Gusmão empenhou-se profundamente na libertação desta cidade. Trocou frequente correspondência com D. Sancho Manuel,

comandante-chefe da Praça de Elvas, animando-o a resistir e assegurando-lhe a chegada de um exército de socorro. D. Sancho era um militar com muita experiência, tendo combatido ao lado dos exércitos espanhóis em Itália e na Flandres, tendo sido nomeado Governador da Praça de Elvas em 1658, aquando do ataque português a Badajoz.

Para chefiar o exército de socorro, D. Luísa de Gusmão elegeu D. Luís António de Menezes, então com 56 anos, nomeando-o em Novembro de 1658 Governador de Armas da Província do Alentejo. D. Luís António de Menezes chega a Estremoz em 24 de Novembro, onde se organizava o exército de socorro português. Sendo Vedor da Fazenda do Reino, tendo experiência como organizador e administrador, estava capacitado para organizar em tempo recorde um exército de socorro. Teve o bom senso de se apoiar em especialistas militares para comandar operações, com realce para André de Albuquerque Ribafria, um dos mais reputados generais da época.

André de Albuquerque Ribafria, então com 38 anos, era já um experiente militar na Guerra da Restauração. Comandava já aos 25 anos a cavalaria do exército do Alentejo, tendo sido nomeado em 1646 Capitão General da artilharia do Alentejo. Tem duas importantes vitórias em Arronches em 1653 e em Badajoz em 1658, em ambos os casos em combates frente a forças de cavalaria de cerca de 1,500 homens. É nomeado interinamente Governador de Armas do Alentejo, até à nomeação de D. António Luís de Menezes. Exerceu com D. António Luís de Menezes um papel decisivo na organização e preparação do exército de socorro.

Dependentes de André Albuquerque Ribafria estavam Afonso Furtado de Mendonça, comandante da artilharia, Achim de Taméricourt e Dinis de Mello e Castro, comandantes da cavalaria, e finalmente Diogo Gomes de Figueiredo e o Conde de Mesquitela, comandantes da infantaria.

É assim possível referir que os comandantes portugueses eram militares competentes, determinados a defender o seu País, e com larga experiência militar, nomeadamente nas zonas fronteiriças portuguesas.

b) O comando espanhol:

O exército espanhol dependia em primeiro lugar de Filipe IV, que reinou até 1665. Embora para ele a revolta de Portugal tenha constituído um facto brutal e incompreensível, que nunca aceitou e que sempre teve a intenção de combater, só conseguiu virar as suas forças militares contra Portugal a partir de 1660, quando conseguiu finalmente estabilizar os conflitos com a Catalunha, com a Itália, com a França, com a Inglaterra e com os Países Baixos. Neste sentido, o cerco de Elvas de 1658 e 1659 constitui o preâmbulo das grandes ofensivas militares espanholas dos anos seguintes.

D. Luís Mendéz de Haro, então com 61 anos, era o Comandante-Chefe do exército espanhol que cercou Elvas. Embora tivesse acompanhado Filipe IV nas campanhas da Catalunha, era essencialmente um político, sem grande experiência militar. Preferiu ser sempre cauteloso, sem nunca tomar grandes iniciativas. Iniciado o combate, este foi sempre conduzido pelo experimentado Duque de San Germán.

D. Francisco de Tuttavila e del Tufo, Duque de San G3rman, um experimentado militar, participou nas Guerras da Catalunha, tendo depois sido transferido para a Extremadura em 1649. Foi promovido a Governador de Armas da Extramadura em 1658, cabendo-lhe por isso a bem sucedida defesa de Badajoz. Deve contudo ser referido que o Duque de San G3rman, sendo um bom militar, n3o estava estava contudo 3 altura dos grandes nomes que se evidenciaram no ex3rcito espanhol nos s3culos XVI e XVII. Manteve tamb3m algumas discord3ncias com D. Lu3s de Haro durante o cerco de Elvas, uma vez que D. Lu3s de Haro preferia frequentemente prestar mais aten33o 3s recomenda33es dos conselheiros que o acompanhavam desde Madrid, e que tinham pouca experi3ncia militar.

c) O ex3rcito portugu3s

Tal como se referiu no ponto I, as Cortes de Lisboa de 1641 permitiram a constitui33o de um ex3rcito de 20,000 infantes e 4,000 cavaleiros. Chamou-se a este ex3rcito a primeira linha, composto quase que exclusivamente por militares portugueses. Existiam seguidamente as mil3cias e tropas auxiliares de recrutamento e comando local, que podiam ser usadas para apoiar e refor3ar as for3as de primeira linha e guarnecer fortifica33es. Existiam por 3ltimo as ordenan3as, compostas por todos os homens v3lidos dos 16 aos 70 anos, e que teriam meramente uma fun33o de defesa local e de mobiliza33o ocasional.

O ex3rcito de linha nunca atingiu por3m os objectivos previstos, sendo os seus efectivos quase sempre completados por elementos das mil3cias e tropas auxiliares, e mesmo por ordenan3as da zona das opera33es, tal como sucedeu nas Linhas de Elvas.

Havia contudo alguma instabilidade dentro do ex3rcito, motivada pela deser33o. A deser33o verificava-se entre os militares portugueses, sobretudo os origin3rios de zonas distantes, que muitas vezes n3o chegavam ao campo de combate, atingindo nestes casos cerca de 30%. Mas a deser33o atingia tamb3m os militares estrangeiros, que em v3rias ocasi3es se passavam para o campo oposto. Estes fen3menos tamb3m se passavam entre o ex3rcito espanhol. Al3m destes aspectos, a muitos destes homens faltava a prepara33o e a capacidade f3sica para serem soldados e resistirem 3s press3es f3sicas e psicol3gicas da guerra.

Perante esta relativa instabilidade, muito do sucesso ou derrota na guerra dependia da habilidade e carisma dos comandantes das unidades em sustentar e consolidar as suas tropas, o que tornava chave a experi3ncia e a habilidade do comando.

De referir ainda que o ex3rcito portugu3s, na Batalha das Linhas de Elvas, tinha a relativa vantagem de ser mais f3cil a mobiliza33o de efectivos em caso de necessidade. Com efeito a mobiliza33o nas zonas vizinhas era mais f3cil para os portugueses, que se tornou um factor relevante no cerco de Elvas.

d) O ex3rcito espanhol:

O ex3rcito espanhol da segunda metade de seiscentos, estava j3 muito longe de ser a melhor m3quina de guerra da Europa, como sucedera no s3culo XVI. Com efeito, a

partir do século XVII, a decadência demográfica de Castela e em geral dos centros onde tradicionalmente a Monarquia Hispânica recrutava, o aumento dos conflitos bélicos e respectivos custos, num período de declínio de capitais, obrigou a coroa espanhola a recorrer a um recrutamento menos eficaz. Este facto levou á utilização de milícias para completarem as tropas regulares e ao recrutamento, muitas vezes por violência, de mendigos e camponeses. Pelas mesmas razões estas tropas passaram também muitas vezes a estar mal equipadas de armas.

O exército da Extremadura reflectia grande parte destas deficiências, embora contasse também com efectivos estrangeiros e com efectivos profissionais, que em conjunto formavam o eixo solidificador da eficácia combativa da força militar. Em 1658 o exército da Extremadura totalizava cerca de 16,000 homens, onde predominavam as milícias, o que significava que eram as regiões mais próximas que sustentaram esforço demográfico desta Batalha. Foram também as regiões mais próximas que sustentaram o esforço financeiro do exército espanhol nesta Batalha. Calcula-se que 80% dos recursos financeiros utilizados na Batalha das Linhas de Elvas foram proporcionados pela província da Extremadura. Contudo, um observador francês descrevia em 1664 o exército espanhol que combatia em Portugal como indisciplinado, mal armado e miserável, situação que não deveria ser muito diferente da verificada em Elvas em 1658 e 1659.

e) Estratégias e táticas militares:

As estratégias e táticas militares dos exércitos portugueses e espanhóis assemelhavam-se por diversas razões. Assim, enquanto em países europeus mais desenvolvidos como a Holanda, a Suécia ou Inglaterra, se utilizavam já no século XVII quadros militares suficientemente treinados e profissionalizados, com grupos de apenas 150 soldados, mas com armas de fogo mais avançadas, em Portugal e Espanha a organização era ainda diferente. Com efeito, devido a carências financeiras, menores possibilidades técnicas e quadros humanos com menor formação cultural, tanto em Portugal como em Espanha eram ainda utilizados os terços, ou seja, grupos de 1,000 a 2,000 homens, divididos entre piqueiros (homens com varas de cerca de 7 metros) ao centro, e mosqueteiros ou arcabuzeiros na frente, flancos e retaguarda. Vários terços podiam então avançar no campo de batalha, ladeados cada um por corpos de cavalaria. Ao contrário do que sucedia já noutros países do norte da Europa, o exército português e espanhol eram portanto compostos maioritariamente por soldados mal treinados, mobilizados por norma localmente e com um armamento já relativamente antiquado.

Por outro lado, em toda a Europa e também em Portugal e em Espanha, a guerra do século XVII era dominada por operações de cerco. A chave da defesa era a praça fortificada, segundo o modelo da "Traça Italiana", aparecido na Europa nos primórdios do século XVI. A fortaleza abaluartada era uma estrutura anti-artilharia, com uma construção arquitectónica baixa, de muros espessos, em forma de estrela. Com efeito, os chamados baluartes eram construídos em forma pentagonal, de modo a permitir um uso eficaz da artilharia, e com saídas profundas, em cunha, que visavam cobrir todos os espaços entre muros, impedindo deste modo um assalto. Elvas e Badajoz são exemplos de fortalezas abaluartadas.

A fortaleza assumiu no século XVII uma importância primordial, uma vez que como

verdadeiras bases de operações, serviam tanto para funções defensivas, como também para funções ofensivas, em assaltos ao território inimigo. As Batalhas das Linhas de Elvas, de Montes Claros e mesmo do Ameixial, não são mais que o resultado de operações que tiveram como fito a conquista ou a protecção de cidades fortificadas.

f) Os planos:

i) os planos espanhóis:

A manobra estratégica militar prevista pelos planos espanhóis, era a de repetir com êxito a estratégia de Filipe II e do Duque de Alba em 1580, ou seja, um ataque maciço e frontal sobre Lisboa, pela rota mais curta, a do Alentejo, combinado por uma acção naval sobre Lisboa. Esta acção naval nunca chegou porém a realizar-se, devido à deliquescência da marinha hispânica em meados do século XVII.

Sendo o teatro operacional escolhido pelo exército espanhol o Alentejo, colocavam-se duas alternativas possíveis; a primeira, a defendida pelo Duque San Gèrman, consistia na conquista de praças menos bem defendidas como Estremoz, Vila Viçosa, Borba e Évora, o que através do isolamento, acabaria por fazer capitular as praças de Elvas e Campo Maior. Posteriormente ficaria aberto o caminho para Lisboa. Era um plano ambicioso, próximo do executado pelo Duque de Alba em 1580. A segunda alternativa era aproveitar o desgaste português, após o fracassado cerco a Badajoz, para investir sobre Elvas, no pressuposto de que Portugal não estaria em condições de organizar um exército de socorro, após as desgastantes campanhas do último ano e meio.

D. Luís de Haro, aconselhado por alguns dos seus cortesãos, optou pelo cerco a Elvas, convencido de que não era necessário muito mais do que cercar a cidade, para que esta caísse.

Algumas fontes afirmam que este era o desejo dos portugueses, que temiam muito mais um ataque à mal defendida praça de Estremoz. Pelo contrário, a fortaleza de Elvas que desde 1643 vinha sendo sucessivamente fortificada e dispunha de onze fortes baluartes defensivos, proporcionava aos portugueses condições para uma defesa desgastante muito mais favoráveis.

ii) os planos portugueses:

Só a partir de 1660, devido às grandes vitórias então obtidas, passou o exército português a uma grande ofensiva, sob o comando do Conde de Castelo Melhor, visando a apropriação de território espanhol. Em 1658, o objectivo português era contudo apenas o de levantar o cerco a Elvas.

Para esse efeito colocaram-se três possibilidades: a primeira, a de efectuar um ataque concentrado apenas num ponto das forças espanholas; a segunda, a de efectuar um ataque em dois locais diferentes, um principal e outro secundário; (ambas estas possibilidades visavam quebrar a linha defensiva espanhola e abastecer a cidade, sem necessariamente conseguir terminar com o cerco, ou com a presença espanhola na

zona); a terceira possibilidade consistia em cortar as linhas de abastecimento do exército espanhol, nomeadamente ao longo do rio Caia, forçando à sua retirada para Espanha.

Dentro da primeira possibilidade, ou seja, de um ataque num único ponto, Diogo Gomes de Figueiredo, Mestre da Armada, propôs então um ataque frontal à zona menos sólida dos sitiados, a zona dos Murtais, situada entre os fortes de Nossa Senhora da Graça e de São Francisco, demasiado distantes um do outro para se apoiarem mutuamente. Esta opção foi também adoptada devido à deficiente qualidade da infantaria portuguesa, constituída em grande parte por ordenanças, e que teria por isso grandes dificuldades em se movimentar face ao inimigo, sobretudo contra posições muito bem defendidas.

Apresentados os planos a Sancho Manuel, Governador da praça de Elvas, este concordou. Foi então escolhida a data de 13 de Janeiro de 1659 para o ataque.

g) A Batalha:

i) situação anterior à Batalha:

Após ter entrado em Portugal com a concordância de Madrid em Outubro de 1658, perseguindo o Exército do Alentejo que retirava do cerco a Badajoz, D. Luís de Haro surge pelo oeste de Elvas a 22 de Outubro, e de surpresa ocupa o forte de São Francisco, situado junto ao aqueduto que abastecia Elvas. A guarnição de Elvas tentou contra-atacar e recuperar este forte, mas foi repelida sofrendo pesadas baixas.

Por razões ainda não esclarecidas, este aqueduto não foi destruído pelos militares espanhóis, o que muito teria complicado a vida em Elvas.

Logo a 24 de Outubro começaram os espanhóis a construir uma linha de contravalação em volta de Elvas, que consistia em linhas de trincheiras, protegidas por um fosso. A terra retirada do fosso e da trincheira permitia a construção de um muro de terra entre a trincheira e o fosso, muitas vezes protegido por estacas de ferro ou de madeira. Ao longo desta linha de contravalação, com 15 a 18 quilómetros de extensão, e que foi sendo melhorada até às vésperas da Batalha, existiam três fortes principais (São Francisco, Nossa Senhora da Graça e Santa Luzia), seis quarteis construídos pelos militares espanhóis (São Francisco, Cocena ou de Mesas de El-Rei, Palmeiras, Vale de Marmelos, Corte e Vergada), e vários pequenos fortins, (ver mapa 1). Esta linha de contravalação pretendia não só cercar a cidade e evitar as surtidas da praça, como também impedir o avanço de exércitos de socorro ou abastecimentos, provenientes de Estremoz, Campo Maior ou Vila Viçosa. O exército espanhol ao longo desta linha, era composto por aproximadamente 14,500 homens, dos quais 11,000 infantes e 3,500 cavaleiros. Este exército dispunha ainda de uma vintena de bocas de fogo.

Por sua vez o exército português era composto por duas partes. A primeira, que se encontrava no interior do forte de Elvas, incluía no início do cerco, em Outubro de 1658, cerca de 5,000 infantes provenientes do Exército do Alentejo, que havia retirado de Badajoz, e 6,000 infantes, incluindo milícias e ordenanças, como guarnição da praça. De referir que ao longo do cerco estes números foram diminuindo, sobretudo devido à peste. A segunda parte consistia no exército de socorro proveniente de Estremoz, que atingia 11,000 homens, compostos por 2,500 soldados pagos, 5,500 auxiliares e

ordenanças e 3,000 cavaleiros. Metade desta força era tropa pouco experimentada, demasiado jovem ou demasiado velha, e passível de quebrar física ou moralmente no combate. A outra metade seriam forças que haviam sobrevivido ao cerco de Badajoz e alguns destacamentos retirados de outras províncias menos ameaçadas pelas tropas espanholas, nomeadamente das guarnições de Jurumenha, Vila Viçosa, Borba, Campo Maior, Arronches e Monforte. Como atrás se referiu, este exército de socorro foi organizado em um mês e meio por D. Luís António de Meneses e por André Albuquerque Ribafria. Este último, refugiado em Elvas depois de ter participado no cerco de Badajoz, apenas pôde sair da praça com um conjunto de 200 cavaleiros em direcção a Estremoz, na noite de 24 de Novembro de 1658.

Em face desta situação, e se para sermos rigorosos incluirmos os cerca de 700 homens da guarnição de Elvas que tiveram papel activo durante a Batalha, é possível referir que o exército espanhol apresentava no dia da Batalha, ou seja, em 14 de Janeiro de 1659, uma ligeira vantagem, em número de efectivos, relativamente ao exército português.

ii) preparativos do combate:

Tendo partido de Estremoz em 11 de Janeiro, o exército de socorro chegou á Serra do Bispo, de onde avista Elvas, em 13 de Janeiro. Apresentou-se face aos Murtais, entre o forte de Nossa Senhora da Graça e o forte de São Francisco, como que dando a entender que pretendiam atacar noutro local. Este estratagema surtiu efeito, pois D. Luís de Haro optou por manter a guarnição espanhola disseminada pelas linhas de cerco, e portanto a enfraquecer essas forças.

Os portugueses organizaram o assalto com quatro corpos de tropa. A dianteira da vanguarda era composta por 1,000 soldados escolhidos, armados de mosquetes, pistolas e espadas, sob o comando de Diogo Gomes de Figueiredo. Tinha por missão tomar os primeiros fossos e trincheiras e aguentá-las, para que então cerca de 1,000 gastadores, que eram uma espécie de pioneiros de engenharia, pudessem tapar o fosso construído pelos espanhóis, e permitir seguidamente a passagem da restante infantaria lusa para o interior das linhas espanholas. É assim possível referir que o ataque desta dianteira da vanguarda portuguesa era simultaneamente uma tarefa hercúlea e crucial para o sucesso nesta Batalha.

O segundo corpo do assalto português, a vanguarda, era constituído por 3,000 homens dirigidos pelo Conde de Mesquitela, ao qual se juntou depois Afonso Furtado de Mendonça, acompanhados nos flancos por 1,200 cavaleiros. André de Albuquerque Ribafria estava colocado na direita da linha de infantaria e comandava a vanguarda.

O centro do corpo de assalto era composto por cerca de 2,500 homens, cobertos nos flancos com 900 cavaleiros. Por último, a retaguarda ou reserva tinha cerca de 2,000 homens, mais 900 cavaleiros nos flancos.

A artilharia transportada pelo exército de socorro foi colocada num outeiro na zona dos Murtais para que, juntamente com as 20 grossas bombardas existentes na fortaleza de Elvas no baluarte do Príncipe, fosse possível disparar em fogo cruzado sobre as linhas espanholas.

iii) o assalto:

O assalto português começou ao amanhecer cerca das sete horas, tendo apenas atingido as linhas espanholas pelas nove horas da manhã. A tropa espanhola apenas avistou os militares portugueses pelas oito horas, tendo assim ainda algum tempo para os defensores se organizarem. Isto significa que entre as sete e as oito da manhã, as forças portuguesas conseguiram aproximara-se sem serem detectadas.

A linha de ruptura escolhida pelos portugueses teria cerca de 1,000 metros de largo e nela haveria cinco fortins, estando os portugueses organizados para atacar ao longo de toda esta extensão. Contudo apenas as forças estacionadas próximo dos quartéis da zona de ruptura puderam provavelmente ocorrer ao local atacado, devido à extensão das linhas e à dispersão dos defensores. O reposicionamento de forças na linha espanhola apressadamente montado nos Murtais, constava de uma ténue linha de infantaria coberta à retaguarda por cavalaria na encosta do forte de Nossa Senhora da Graça.

Teoricamente as bocas de fogo e as forças posicionadas no forte de Nossa Senhora da Graça poderiam atingir de flanco o avanço luso. Mas tal não sucedeu. Relativamente às peças de artilharia tal pode ter sucedido ou porque estavam apontadas para a praça de Elvas, e não houve tempo ou engenho para as redireccionar, ou devido ao nevoeiro que no princípio do ano, por volta até às 10 horas da manhã, se faz sentir a essa altura, o que teria impedido a visão aos militares aí situados. Relativamente à infantaria tal sucedeu ou porque a maioria dela já teria descido a encosta de forma a reforçar a linha da contravalação, ou também devido ao referido fenómeno do nevoeiro.

O primeiro embate da Batalha terá sido as três descargas de mosqueteria e arcabuzaria espanhola, disparadas sobre a dianteira da vanguarda portuguesa que assaltava esta faixa da linha de contravalação. Apesar destas descargas do fogo espanhol, que produziram seguramente baixas visíveis na tropa portuguesa, a dianteira da vanguarda portuguesa conseguiram subir e forçar a linha espanhola, não obstante a solidez da posição defensiva. Este facto não será estranho à circunstância de as tropas de assalto portuguesas serem veteranos experimentados, capazes de aguentar a pressão psicológica de um ambiente de fogo intenso, enquanto a linha espanhola era composta por soldados de qualidade inferior. Além disso, estes defensores terão sofrido o fogo cruzado da artilharia lusa, a partir do alto dos Murtais e da praça de Elvas. Embora nem sempre certo, este fogo terá gerado temor, o que certamente contribuiu para a quebra dos militares espanhóis.

A primeira ruptura ter-se-á verificado à esquerda da linha, ou seja, mais próximo do Forte de Nossa Senhora da Graça, por aí existirem menos efectivos espanhóis susceptíveis de auxiliar a defesa. Com efeito, do lado oposto, os quartéis junto ao Forte de São Francisco, teriam seguramente disponibilizado um maior número de efectivos. Quebrada a linha de defesa, os portugueses começaram a penetrar pelas linhas adentro, isolando os fortins e iniciando o assalto a estes. A cavalaria espanhola posicionada na encosta do Forte de Nossa Senhora da Graça, com cerca de 700 cavaleiros, terá então investido sobre os portugueses, mas foi logo apanhada de flanco por uma força de cavalaria portuguesa saída da guarnição de Elvas, que embora menos numerosa, lhe

causou alguma desorganização Neste combate entrou também nesta altura uma força de cavalaria espanhola proveniente do quartel da Vergada, que carregando sobre a cavalaria portuguesa esteve a ponto de a liquidar. Felizmente, contudo, a cavalaria da vanguarda portuguesa, que havia entretanto já penetrado nas linhas espanholas, veio em seu auxílio, de tal forma que, em conjunto com a cavalaria portuguesa da guarnição de Elvas, conseguiram ao fim de pouco tempo pôr em fuga toda a cavalaria espanhola para o Forte de Nossa Senhora da Graça e mesmo em direcção a terrenos distantes do campo de batalha. Por este motivo, a maior parte da cavalaria espanhola não se voltou a envolver nesta batalha.

Pelas 10 da manhã, o conjunto da força portuguesa havia já penetrado nas linhas espanholas (ver mapa 2). Iniciou-se então o ataque português aos diversos fortes e fortins existentes ao longo da linha de contravalação e de circunvalação, o que em todos os casos implicou lutas renhidas e extremamente difíceis. O exército português pôde contudo actuar de forma coordenada e concentrando os seus efectivos em cada combate, enquanto o exército espanhol se continuava a apresentar de forma dispersa. Foi num desses ataques que morreu André de Albuquerque Ribafria. A defesa espanhola era efectuada, ora através dos efectivos que defendiam cada fortim, ora através de ataques dispersos de infantaria e cavalaria, provenientes dos diversos quartéis e posições ao longo da linha de assédio. Eram contudo sempre esforços desconexos e portanto mal sucedidos. Ao princípio da tarde, pelas 15 horas, todos os fortins da zona dos Murtais haviam sido tomados pelos portugueses. O Forte de São Francisco foi tomado mais tarde, mas ainda nesse dia, tendo-se empenhado pessoalmente na sua conquista o Conde de Cantanhede.

Por volta das 15 horas, D. Luís de Haro, que observara a batalha do Forte de Nossa Senhora da Graça, sem ter um papel activo, retirou para Badajoz, levando consigo praticamente toda a cavalaria sobrevivente.

Entraram então na praça de Elvas os abastecimentos trazidos pelo exército de socorro português, nomeadamente 1,000 porcos e 1,000 carneiros, com a população a festejar a vitória.

No final do dia 14 de Janeiro, estavam ainda em mãos dos espanhóis o Forte de Nossa Senhora da Graça e o quartel da Corte, onde se resguardaram as melhores tropas espanholas. O forte da Vergada fora entretanto abandonado pelos militares espanhóis, que o queimaram na sua retirada.

O quartel da Corte e outros quartéis foram também abandonados pelos militares espanhóis durante a noite de 14 para 15 de Janeiro. No dia 15, os seiscentos militares espanhóis do forte de Nossa Senhora da Graça renderam-se. Logo a seguir o Conde de Catanhede avançou para o quartel da Corte, que encontrou abandonado, mas cheio de material militar e não militar.

Sancho Manuel conduziu uma força de cavalaria até ao rio Caia, encontrando numerosos militares espanhóis em fuga, que foram despojados dos seus haveres. Foi então também possível capturar duas bocas de fogo pesadas.

No total, as forças espanholas tiveram cerca de 2,500 mortos, 4,000 prisioneiros, bem como 15,000 armas e 20 bocas de fogo capturadas, para além de outro material militar.

As forças portuguesas tiveram cerca de 200 mortos, 600 feridos, ao que se deverá juntar cerca de 5,000 mortos provenientes do cerco de Elvas, nomeadamente pela peste.

Consequências da Batalha das Linhas de Elvas:

Em primeiro lugar a Batalha de Linhas de Elvas teve como consequência quebrar a intenção de Filipe IV de avançar militarmente para Lisboa e voltar portanto a conquistar Portugal. É verdade que nos anos seguintes o exército espanhol manteve o objectivo de subjugar Portugal, tendo-se por isso verificado vários reencontros e batalhas importantes. Contudo ficou bem claro em 1659 que os portugueses estavam organizados militarmente, tinham a determinação de lutarem pela sua independência, pelo que a tarefa da conquista de Portugal iria no mínimo ser mais difícil e mais custosa em termos humanos e materiais, do que inicialmente se tinha previsto em Espanha. Este facto fez com que cada vez mais, na própria corte espanhola, fossem as opiniões dos que consideravam ser a causa da reconquista de Portugal impossível de atingir.

Em segundo lugar, a Batalha das Linhas de Elvas aumentou significativamente o prestígio de Portugal e a sua causa de independência na Europa. Este facto trouxe-lhe apoios externos valiosos, que reforçaram militar e diplomaticamente a sua capacidade defensiva. Com efeito tanto à Holanda, como à França ou à Inglaterra, interessava que Portugal se tornasse um país independente, como forma de diminuir o poderio político e militar de Espanha. Por este motivo chegaram a Portugal, em 1660, um grande conjunto de oficiais franceses, comandados por Schomberg, que viria a permitir ao exército português ser renovado e adaptado segundo o moderno padrão francês.

A Batalha das Linhas de Elvas foi assim o segundo grande sucesso militar da Restauração portuguesa, cujo processo político havia começado 18 anos antes. Foi a implementação e a concretização, no terreno, de um estado de espírito e de um desejo de independência que estava já generalizado na maioria esmagadora da população portuguesa. Em face da perda de Olivença em 1657, a Batalha das Linhas de Elvas teve o mérito de afirmar novamente o poderio militar português, tanto interna como externamente, e de ter retomado um percurso de sucessos militares, que terminariam em 1668 com a assinatura do tratado de paz com a Espanha.